

Fotografia e espaço urbano: a imagem como fonte histórica

Resumo

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada no acervo fotográfico do Arquivo Histórico e Geográfico de Carangola (AHGC),MG que teve por objetivo principal catalogar e digitalizar fotografias do referido Arquivo. Nosso objetivo neste estudo é discutir a utilização da fotografia como fonte histórica e como ferramenta de análise do espaço urbano, e não apenas como um complemento ou adereço ao texto. Procuramos discutir, também, as imagens, notadamente a fotografia, como componente transdisciplinar dentro do processo pedagógico de ensino e aprendizagem. Como resultados, ressaltamos que a preservação de acervos fotográficos são importantes para a construção da memória local, bem como para a utilização da fotografia como importante componente da pesquisa historiográfica de fontes.

Palavras-Chave: fotografia, fonte histórica, espaço urbano.

Photography and urban space: the image as historical source

Abstract

This paper is part of a research conducted in the photographic collection of the Historical and Geographical Archive Carangola, MG that was aimed at cataloging and digitizing photographs of that file. Our objective in the present study is to discuss the use of photography as a historical source and as a tool of analysis of urban space, not only as a supplement to the text or prop. We also tried discuss the pictures, especially the photograph as transdisciplinary component within the educational process of teaching and learning. As results, we point out that the preservation of photographic collections are important for the construction of local memory, as well as the use of photography as an important component of historical research sources.

Key words: photography, historical source, urban space occupation.

Fotografia e espaço urbano: a imagem como fonte histórica

Tarcísio Glauco da Silvaⁱ
Elizete Oliveira de Andradeⁱⁱ

Introdução

Este trabalho tem como fonte de pesquisa o acervo fotográfico existente no Arquivo Histórico e Geográfico de Carangola, MG (AHGC) cujo acesso deu a partir do Projeto de Pesquisa “Fotografia: uma fonte de pesquisa além da imagem fixada”¹. A proposta do Projeto era catalogar e digitalizar o acervo fotográfico do AHGC e, junto com a Direção do Arquivo, organizar formas de viabilizar a consulta pública, a partir de terminais de computador e via internet, das fotografias armazenadas em arquivo eletrônico. Conseguimos digitalizar mais de três mil fotografias, mas a viabilização de uma plataforma de consulta pública foi prejudicada por razões técnicas e administrativas.

A partir de algumas fotografias desse acervo procuramos organizar uma discussão sobre a fotografia e suas múltiplas funções: um instantâneo de um momento passado, um símbolo que representa ou remete a alguma ideia e um documento histórico permeado de informações e mensagens e, por isso, sujeito a diversas interpretações. As fotografias podem servir como base para pesquisas e discussões mostrando que sua utilização como fonte histórica pode ir muito além de acessórios aos textos.

Assim, a partir de um grupo de imagens procuramos levantar a discussão a respeito da utilização da fotografia como fonte de pesquisa para o trabalho do historiador, tanto no que se refere ao levantamento de informações a partir da própria foto, como a discussão das diversas possibilidades de abordagem da fotografia como documento histórico².

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é discutir a utilização da fotografia como fonte histórica e como ferramenta de análise do espaço urbano. Iniciaremos falando da importância das identidades locais ante o fenômeno da globalização ou, melhor dizendo, da mundialização do capital; depois faremos uma discussão sobre a utilização da fotografia como fonte histórica; na sequência abordaremos a utilização do espaço urbano e, na finalização, apresentamos dois exemplos da utilização da fotografia como fonte histórica e documento para discussão do ambiente urbano.

O local e o global: a identidade

¹ Projeto de Pesquisa “Fotografia: uma fonte de pesquisa além da imagem fixada” realizada no Arquivo Histórico e Geográfico de Carangola (MG). O Projeto foi executado através de bolsa para dois alunos de iniciação científica da então Faculdade Vale do Carangola (hoje Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Carangola), financiada pela UEMG através do Edital 002/2009 – PIBIC/UEMG/Estadual – finalizado em agosto de 2009.

² Parte dessa discussão foi apresentada como Comunicação no II Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est e XVII Simpósio de História da UFES: Cidade, Cotidiano e Poder, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES em novembro de 2009.

Somos alvo de informações das mais diversas dando conta que o nosso mundo está se tornando uma aldeia global (MCLHUAN, 2007) e que muitos de nossos fazeres e dizeres são parte de um processo de homogeneização cultural que poderá nos levar a uma situação na qual as diferenças serão aplainadas e que todas as sociedades do planeta terão uma visão única, globalizada, tendo como referência os padrões de consumo e o individualismo próprios do capitalismo. Só com o passar do tempo poderemos (ou não) comprovar a concretização desta proposta.

A interconexão, muitas vezes ditada pela internacionalização do capital, faz com que as fronteiras nacionais passem a ser um dado a ser ignorado. “O capitalismo foi, desde o início, um elemento da economia mundial e não dos estados-nação. O capital nunca permitiu que suas aspirações fossem determinadas pelas fronteiras nacionais” (WALLERSTEIN apud HALL, 2003, p. 68). Não seria exagero considerar que a globalização tenha começado com as grandes descobertas marítimas do final do século XV e início do XVI e ter se consolidado ao longo do século XIX. Com a revolução tecnológica e as mudanças políticas do último quartel do século XX, o capitalismo torna-se hegemônico em nossa sociedade; notadamente quando da adoção das políticas neoliberais dos governos Reagan e Thatcher que se tornaram paradigmas da ordem econômica mundial e continuam sendo defendidas por aqueles que acreditam no mercado autorregulador. Entramos num outro estágio do capitalismo, aonde o ganho financeiro vem se tornando mais importante que o capital produtivo.

Não é nossa intenção fazer uma digressão sobre a História recente do capitalismo. Nossa intenção é situar a discussão no que se refere às mudanças que esta suposta dinâmica global do mercado pode trazer para aqueles locais e para as situações que, do ponto de vista mundial, podem parecer pequenas e irrelevantes.

É certo que a mundialização do capital alcançou um nível tal que negá-la é uma impossibilidade. Supor, porém, que esta mundialização do capital possa ser sinônimo de uma globalização de costumes, saberes e modos de pensar não nos parece correto.

Ao mesmo tempo em que uma ideologia da universalização nos dá uma visão de mercado onde as trocas e o viés econômico é evidenciado, temos um mundo onde às tensões sociais e as diferenças ficam cada vez mais claras. As diferenças aparecem no renascimento do nacionalismo, na busca pela identidade cultural e pelas interrogações acerca da suposta hegemonia do global sobre o local.

Assim sendo, até que ponto as identidades nacionais são afetadas por este processo? Se estiverem sendo afetadas, o que dizer então das identidades regionais e locais? Terá o processo de globalização poder de sufocar e, no limite, substituir a cultural local por um modelo transnacional

como o que está acontecendo com a mundialização do mercado de capitais? E, como consequência, será que não estamos vivendo uma nova rearticulação entre o local e o global?

Ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da alteridade [...] Assim, ao invés de pensar no global como ‘substituindo’ o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o ‘global’ e o ‘local’. (HALL, 2003, p. 77-78)

Partimos da opinião da impossibilidade de uma homogeneização cultural, uma vez que existem variantes culturais dos mais diversos sentidos. Mesmo dentro de um mesmo país existem diferenças regionais consideráveis; não só em países de unificação recente, mas também naqueles cujas histórias remontam há séculos. A diversidade regional é, ao mesmo tempo, um patrimônio, uma herança e um ponto de referência para pessoas e grupos sociais. Num momento, como o que estamos vivendo, em que há questionamentos e discussões sobre a relevância destas particularidades ante um mundo onde a ideologia da globalização sinaliza com a possibilidade de uma identidade mundial única, um conflito pode ser notado.

Mesmo considerando improvável a anulação das diferenças regionais não podemos deixar de considerar que este embate entre o geral e o particular pode gerar uma crise de identidade em grupos sociais que veem suas tradições e particularidades ameaçadas de esquecimento e substituição.

Por um lado, a mundialização coloca em questão, pelo acesso maciço aos transportes e às comunicações, as fronteiras territoriais locais e a relação entre lugares e identidades. Por outro, a circulação rápida das informações, das ideologias e das imagens acarreta dissociações entre lugares e culturas. Nesse quadro, os sentimentos de perda de identidade são compensados pela procura ou criação de novos contextos e retóricas identitárias. Híbrida ou mestiça, como se diz agora, a cultura encontra-se assim mais dominada do que nunca pela problemática da identidade, que se enuncia cada vez mais como uma "identidade cultural" (AGIER, 2001, p. 7).

Esta necessidade de afirmação de uma identidade cultural leva, como afirma Agier (2001), a “uma procura de contextos e retóricas identitárias” e uma das fontes onde esta identidade pode ser encontrada ou resgatada é na História local e regional.

Dentro desta perspectiva de interação entre o local e o global e na recuperação e divulgação de uma dada particularidade regional ou histórica é que vemos a relevância do estudo da História Regional. Em um momento em que as generalizações aparecem como uma consequência do “olhar global” tem-se o regional, o diferente e, por vezes único, como uma rica fonte de pesquisa justamente pela sua particularidade.

Um pequeno arquivo histórico numa pequena cidade do interior de Minas Gerais é nosso ponto de partida. É onde encontramos um acervo fotográfico que pode ajudar a resgatar certas lembranças e mostrar que há formas de valorizar a culturalocal através da interação entre seu passado e seu presente.

Estas fotografias constituem um patrimônio da maior importância. A ação do tempo e falta de cuidado na sua preservação podem destruir uma rica fonte de estudos da cultura local e regional. O estudo da História Regional mostra-se fecundo se pensarmos nas possibilidades de revisitação de um passado, nem tão distante, a fim de que possamos direcionar nosso olhar e tentar entender melhor certos acontecimentos e disponibilizar para a sociedade seus documentos e parte de sua história. Este resgate poderá proporcionar, ainda, novos questionamentos e novas abordagens que, por certo, enriquecerão o estudo inicial.

Será preciso ler os livros de devoção e os testamentos, colecionar documentos iconográficos [...] retomar tudo, para tudo ressituar no quadro geral da história, para que sejam respeitados, não obstante as dificuldades, as antinomias e as contradições entranhadas, a unidade da história que a unidade da vida. (BRAUDEL, 1992, p. 30-31)

Lidar com acervo de arquivos locais e regionais e, principalmente como é o nosso caso, com aqueles ainda não explorados é uma tarefa complexa. Se por um lado buscamos novas fontes, novas formas de compreender e estudar a história de uma região; por outro, poderemos nos deparar com o inesperado e com o fragmentário. Talvez possamos encontrar novas perguntas e poucas respostas. A proposta de lidar com o acervo fotográfico do AHGC nos levará a ver e rever estas fotografias e, quem sabe:

[...] chegar àquilo que não foi imediatamente revelado pelo olhar fotográfico, há que se perceber as relações ente signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora; e, principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo. (CARDOSO e MAUAD, 1997, p. 406).

De qualquer forma esta exploração abrirá mais um leque de possibilidades: com novas perguntas, com novos conhecimentos e com novas informações estaremos cumprindo uma de nossas tarefas como historiadores, disponibilizando mais dados para pesquisas.

História e fotografia

O alargamento do conceito de fontes históricas advindo da “revolução documental” modificou a visão positivista de que somente os textos pudessem ser utilizados como fontes. O documento também passa a ser analisado de forma mais crítica não apenas pelo seu conteúdo explícito. Passa a ser visto como uma série de vestígios onde podemos procurar pistas para melhor entender o passado. De certa forma passa a ser um monumento deixado por gerações anteriores.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória colectiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1997, p. 102).

Os documentos escritos são, até hoje, as principais fontes de consulta e pesquisa para a maioria dos historiadores, mas não as únicas. Estas fontes podem ser de uma variedade surpreendente, como já observava Lucien Febvre:

A história fez-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem. Faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios [...] com tudo o que sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprimi e torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser (FEBVRE apud LE GOFF, 1997, p. 219).

A partir desta mudança de paradigma a fotografia passa a ser utilizada como fonte histórica. É dentro desta ótica, da variedade de fontes possíveis, que vemos as fotografias. Mas antes, uma pergunta: como “ler” uma fotografia?

É claro que o próprio termo “ler” já remete ao hábito de ter o documento escrito como fonte privilegiada de consulta, cujo entendimento e pesquisa podem ser condensados no termo “ler”. Mesmo assim julgamos que a analogia possa ser empregada sem que o termo desvirtue a “leitura”, ou seja, o entendimento da fotografia como uma fonte de resgate de acontecimentos e, por que não de sentimentos, de um dado momento histórico.

A fotografia ocupa um lugar interessante: pode ser considerada como fonte histórica, mas é, também, um símbolo, uma imagem e, como tal, pode ser vista e revista dentro dos mais diversos ângulos. Uma fotografia pode trazer de volta recordações familiares, bem como o “fundo da foto” pode ser uma fonte para “leitura” dos tipos de construção de prédios e do vestuário de uma determinada época, por exemplo.

Ao “pensarmos” e “lermos” a fotografia como um objeto em si e não somente como item ilustrativo de um texto, ou como um signo que representa o objeto, é necessário ressaltar que a fotografia é um registro que deve ser intercalado e realizar um diálogo com outras fontes históricas. O conteúdo em si é importante, como o são, também, as relações de tempo e espaço que fazem com que a fotografia possa, ainda, ser analisada dentro de contexto histórico determinado.

Essas relações é o que Schaeffer chama de ‘conhecimento lateral’:

[...] para que um signo possa nos transmitir as informações que ele veicula, é sempre necessário que intervenha um conhecimento lateral já formado que permita inserir o signo que ‘sobrevém’ em um conjunto de estímulos e conhecimentos organizados (SCHAEFFER apud SILVA, 2000, p. 139).

Vemos, então, a fotografia sob dois aspectos principais: o primeiro como um objeto em si, com as significações próprias de sua construção e o segundo como um documento histórico que deve ser “lido” e criticado de acordo com a escolha do historiador e de acordo com o contexto no qual a fotografia foi produzida.

A fotografia, assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo, tanto como imagem/documento quanto imagem/monumento [...] como documento revela aspectos da vida material de um tempo passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta [...] como monumento a fotografia impõe ao historiador uma avaliação que ultrapasse o âmbito descritivo. Neste caso, ela é o agente do processo de criação de uma memória que deve promover tanto a legitimação de uma determinada escolha quanto, por outro lado, o esquecimento de todas as outras (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 406-407).

Dentro desse contexto precisamos, também, discutir a maneira pela qual a fotografia é utilizada como fonte de referência para a História.

A fotografia é um formato recente de captação de imagens, datado de meados do século XIX. A sua utilização como fonte histórica ainda é mais recente e podemos considerar que seu potencial como tal está longe de ser explorado. Mesmo consideradas como fontes seu uso é marginal.

[...] a História, como disciplina, continua à margem dos esforços realizados no campo das demais ciências humanas e sociais, no que se refere não só a fontes visuais, como à problemática básica das visualidades [...] o objeto prioritário que os autores propõem [...] é iluminar as imagens com informações históricas externas a elas, e não produzir conhecimento histórico novo a partir dessas mesmas fontes visuais [...] (MENEZES, 2003, p. 7).

Menezes também argumenta que as publicações de cunho historiográfico e o levantamento sobre abordagens e métodos da História também não privilegiam a problematização das fontes visuais e cita um exemplo:

Mas quando há referência, é mínima ou pouco relevante: nos três volumes do que já foi considerado um manifesto da História Nova, capitaneados por Jacques Le Goff e Pierre Nora, não se encontram entre os novos problemas, novos objetos e novas abordagens mais que um capítulo dedicado ao “filme” e outro à “arte”; o sintoma não deixa dúvidas (MENEZES, 2003, p. 7).

Mesmo não deixando de destacar a importância das três obras citadas cuja contribuição para a introdução de novas temáticas e métodos de estudo da História é inegável, concordamos com a visão descrita. Vale ressaltar, ainda, que as obras citadas são da década de 1970 e outros trabalhos foram feitos sobre o uso de imagens no estudo da História.

A utilização da fotografia como fonte de pesquisa demanda uma forma diferente de abordagem por parte do historiador. É necessário observar que a fotografia, mesmo se tratando de um instantâneo da realidade, não reproduz essa realidade. O quadro retratado deve ser visto como uma possibilidade entre muitas. É a opção do fotógrafo que define o que e como fotografar. Seu objetivo, sua inclinação ideológica, o ambiente, o equipamento que utiliza, dentre outras variáveis, devem ser levados em conta quando da análise da fotografia como fonte histórica.

Uma imagem visual é uma forma simbólica cujo significado não existe *per se*, quer dizer,

‘lá dentro’, como coisa dada que pré-existe ao olhar, à intenção de quem o produz [...] apresenta-se como uma linguagem que não é nem verdadeira nem falsa [...] uma dada imagem é uma representação do mundo que varia de acordo com os códigos culturais de quem a produz (BORGES, 2005, p. 80).

O historiador também não pode perder de vista que a fotografia também tem seu lado de documento/monumento, como já nos referimos. A partir de seu exame, de sua manipulação o pesquisador/historiador também vai proceder a uma determinada interpretação da ‘realidade’ retratada na fotografia. A fotografia, como outros tipos de documentos e fontes históricas, é interpretada de acordo com a realidade de quem a manipula. É certo que tem sua historicidade, que retrata momentos, paisagens e personagens; mas também influencia e é influenciada tanto pelo momento em que foi feita, como pelo momento em que é recuperada para análise e estudo.

[...] as manipulações e interpretações de diferentes naturezas ocorrem ao longo da vida de uma fotografia [...] A fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele [...] este conteúdo é o resultado final de uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar um certo aspecto da realidade primeira (KOSSOY, 2001, p. 112-113).

E como poderemos utilizar a fotografia de modo a resgatar e compreender melhor a mudanças do espaço ao longo do tempo? Como o ‘retrato’ de uma paisagem urbana pode nos auxiliar a recontar e entender melhor a história de determinado local?

O espaço da cidade

O tema ‘cidade’ remete à Geografia, ao espaço, ao território, notadamente o espaço urbano, aquele espaço da diversidade, do diferente, dos encontros e desencontros, onde: “o espaço é [...] sempre objeto de conflitos, pois estabelecer um território de domínio de um grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais” (GOMES, 2006, p. 181).

A cidade que conhecemos hoje é fruto de transformações que vem se operando há muitos séculos. De acordo com Le Goff (1998) a cidade da Idade Média vê aumentar sua importância como ponto de decisões políticas, mas ainda longe de ter a importância que tem hoje; o advento do capitalismo dá a cidade o papel de centro financeiro. A cidade também se tornou, ao longo do tempo, o local da cultura, das festas e hoje vemos a cidade como o local da diferença e com diversos ‘centros nevrálgicos’, fruto da multiplicação de interesses que distribuem diversos papéis por diversos pontos da cidade.

O estabelecimento de regras rígidas para o traçado urbano e a difusão do tabuleiro de xadrez foram contemporâneos ao fortalecimento do Estado, à consolidação das fronteiras políticas de um território comandado por um poder centralizado e ao fortalecimento de uma economia monetizada (RAMINELLI, 1997, p. 193).

A consolidação dos Estados nacionais e as transformações trazidas pelo capitalismo

modificaram a cidade e a forma como era vista por seus habitantes.

Cada época e cada sociedade souberam dar um tratamento específico sobre o uso do espaço nas diferentes configurações do espaço público urbano. Desde o *cardo* e *decumano* romanos até as cidades planejadas do século XX este tratamento está relacionado, de forma mais ou menos aguda, à intervenção do Estado como fonte de regulamentação. À medida que aumenta a complexidade dos agrupamentos urbanos o Estado é chamado para resolver os problemas criados, quer para novas intervenções, quer para modificar ou ampliar intervenções já realizadas. Moradias, transporte, vias de acesso, infraestrutura sanitária, energia, enfim, tudo que uma cidade e seus habitantes precisam para ter uma vida dentro dos padrões de sobrevivência.

Na maioria das vezes que pensamos sobre problemas que envolvem cidades a ideia inicial é a grande metrópole com sua fragmentação territorial e seu mosaico de diferenças. Não há dúvida que discutir os problemas e possíveis soluções para o caos urbano das metrópoles venha a ser até uma forma de propor soluções para problemas que vão muito além da simples discussão da utilização do espaço. Um dos problemas das metrópoles é a apropriação do espaço público, transformado em espaço privado. As formas de ocupação e (re)integração de um espaço que, pensado como público vai passando a privado, beneficiando um grupo em detrimento da maioria, nos faz discutir os motivos dessa mudança.

O arranjo físico das coisas é um agente ativo na realização de determinadas ações sociais, e essa ordem espacial é concebida como uma condição para que essas ações se produzam. Isso quer dizer que as práticas sociais são, em certa medida, dependentes de uma dada distribuição e arrumação das coisas no espaço. (GOMES, 2006, p. 172)

Gomes, ao tratar da dinâmica do espaço público e a questão da cidadania, lembra que “aceitar que um recuo da cidadania corresponde a um recuo paralelo do espaço público” (GOMES, 2006, p. 176), identifica quatro processos que identificam este recuo: a apropriação privada crescente dos espaços comuns, a progressão das identidades territoriais, o emuralhamento da vida social e o crescimento das ilhas utópicas. A argumentação que apresentamos a seguir procura mostrar as principais ideias do autor para o primeiro processo citado: apropriação privada crescente dos espaços comuns.

Tomando como exemplo o camelô, com suas barracas em ruas e praças; a utilização de espaços para o estacionamento de veículos e, também, a prática de alguns edifícios residenciais estenderem sua área de ‘portaria’ com grades em parte das calçadas, o autor procura mostrar que está acontecendo o cerceamento de áreas de circulação e lazer, pensadas como públicas, em áreas de uso específico de alguns grupos, ou seja, privadas. Ou: “o livre acesso pressupõe a não exclusividade de ninguém ou de nenhum uso diferente daqueles que são os de interesse comum” (GOMES, 2005, p. 176).

A metrópole, sem dúvida, é um local interessante para a discussão da disputa de espaços e pela sua apropriação, uma vez que o próprio crescimento diminui o espaço disponível. Mas o que dizer das cidades menores? daquelas pequenas cidades onde a decadência econômica faz ecoar épocas (mais ou menos) distantes onde aquela cidade foi próspera e teve sua grandeza reconhecida? Não falamos aqui de cidades coloniais antigas com seus duzentos ou trezentos anos, com seu patrimônio e história que remontam às investidas de conquista e exploração portuguesas. Falamos das pequenas cidades “do interior” que tiveram seu pequeno apogeu e depois uma queda constante e uma estagnação que pode parecer eterna: “cidades que passam do frescor à decrepitude sem conseguirem ser antigas” (LEVI-STRAUSS, apud SANTOS, 2001, p. 45).

Grosso modo poderíamos considerar que a discussão sobre a disponibilidade e espaço nestas pequenas cidades seria quase irrelevante, dado a disponibilidade de áreas não povoadas ou ainda não aproveitadas como espaço urbano. Do mesmo modo, a atuação do poder público, como já nos referimos também seria menor e menos relevante do que a mesma atuação numa metrópole? Seria apenas uma relação de escala ou a intensidade de sua atuação poderia ser sentida de forma mais acentuada em um ou em outro caso?

A fotografia

Vivemos em uma sociedade onde a informação visual ocupa um lugar cada vez mais destacado. Jornais e revistas modificam a apresentação de suas páginas, anúncios comerciais nos principais meios de comunicação têm formatos e cores chamativas, os sítios da rede mundial de computadores fazem da imagem a porta de entrada para seus usuários e, por vezes, a imagem começa a substituir textos ou mesmo falas nas várias mídias citadas.

A popularização de câmeras fotográficas, tanto analógicas como digitais, além de filmadoras, permite que o registro de imagens do cotidiano forme um banco de dados muito grande. Profissionais e amadores registram, hoje em dia, informações numa escala sem precedentes em nossa história.

A informação visual não é nova como forma de registrar eventos, personagens e acontecimentos. Desde muito o homem tenta registrar o que vê e o que sente, tentando, talvez, captar um momento e fixá-lo. Desde pinturas rupestres até as telas, bem como monumentos, retratavam momentos que são fontes para o estudo da história.

Nos dias atuais é difícil imaginar nossa vida sem a presença de algum tipo de registro que possa nos dar a impressão de eternizar momentos vivenciados por nós ou por pessoas de nosso círculo pessoal ou familiar.

Das inúmeras possibilidades da utilização da fotografia como fonte para o estudo da

História, optamos por esta: comparar espaços urbanos públicos a fim de enxergar as mudanças deste espaço e discuti-las tanto do ponto de vista da história, tanto como da utilização do espaço público.

Os exemplos que serão citados a seguir são espaços urbanos da cidade de Carangola, MG. As fotos antigas são do acervo do AHGC e as recentes de nossa autoria.

O primeiro exemplo é antiga Estação Ferroviária que, depois da desativação do ramal da Estrada de Ferro Leopoldina, foi transformada em Rodoviária e a Praça Getúlio Vargas, defronte à mesma.



FIG. 1 – Estação Ferroviária (construção)
Fonte: AHGC



FIG. 2– Estação Ferroviária e Pç. Getúlio Vargas
Fonte: AHGC



FIG. 3 – Estação Ferroviária
Fonte: AHGC



FIG. 4– Rodoviária: plataforma de embarque
Fonte: AHGC



FIG. 5 – Rodoviária (lado esquerdo)
Fonte: Autor



FIG. 6 – Rodoviária (lado direito)
Fonte: Autor



FIG. 7 – Rodoviária e Pç. Getúlio Vargas FIG. 8– Rodoviária: plataforma de embarque
 Fonte: Autor Fonte: Autor

A figura 1 é a mais antiga e retrata a construção da Estação Ferroviária, na década de 1930; as figuras 2 e 3 são da década de 1950. Podemos notar que o espaço ocupado pela Estação e pela Praça, nas figuras 2 e 3 são de uso específico. Já nas figuras 5, 6 e 7 o mesmo não acontece. As figuras 5 e 6 mostram a Rodoviária e seu entorno na configuração atual. No lado esquerdo da foto há um grande número de ‘barracas’ de ambulantes e no lado direito uma invasão do espaço da Rodoviária por um bar, desfigurando completamente o prédio. A Praça Getúlio Vargas, defronte à Rodoviária, foi parcialmente ocupada por táxis e por uma banca de jornal.

Retomando o item dois deste trabalho, quando discutimos a ocupação do espaço urbano, vemos que o espaço público foi tomado, desvirtuando sua concepção original. Da mesma forma, como mostram as figuras 4 e 8, parte da plataforma de embarque foi tomada por ‘barracas’ de vendedores. O espaço originalmente pensado como público foi transformado em espaço privado, com seu uso beneficiando um restrito número de pessoas. “É fácil determinar que o desenvolvimento urbano é moral quando ocorre no interesse e em proveito de todos os cidadãos; é imoral quando ocorre no interesse e em proveito de uma classe ou indivíduo e em prejuízo dos outros” (ARGAN, 1995, p. 236).

Vale ressaltar que não se trata de uma ocupação irregular feita ‘na calada da noite’ em uma parte periférica da cidade. É uma ocupação de espaço público realizada numa parte central da cidade e com o aval do poder público, que, ao invés de fiscalizar e coibir a ocupação irregular acaba por chancelá-la. Sim, porque muitos dos proprietários das ‘barracas’ mostradas nas fotos têm Alvarás de Funcionamento emitidos pela Prefeitura Municipal.³

O próximo conjunto de fotografias é ainda mais interessante.

³ Tentamos conseguir uma cópia do Alvará com alguns dos proprietários e não fomos bem sucedidos. Tentamos, também, obter informações sobre as ocupações, a nosso ver, irregulares do espaço público junto a Prefeitura Municipal de Carangola e as informações foram desconstruídas.



FIG. 9 –Largo do Rosário
Fonte: AHGC



FIG. 10 – Largo do Rosário (detalhe)
Fonte: AHGC



FIG. 11 – Largo do Rosário: esquina
Fonte: AHGC



FIG. 12 – Escola Lelena de Oliveira
Fonte: AHGC



FIG. 13
Fonte: AHGC



FIG. 14
Fonte: Autor



FIG. 15 – Pç. Gov. Valadares e Esc. L. Oliveira
Fonte: Autor



FIG. 16 – Pç. Governador Valadares (esquina)
Fonte: Autor

As duas primeiras figuras, 9 e 10, recuperadas através de postais da época (1928), mostram uma ‘simpática’ praça tendo, inclusive, um pequeno coreto, marca da praças de muitas cidades

mineiras. A figura 11 mostra um detalhe da esquina da mesma praça.

Já a figura 12 mostra a Escola Municipal Lelena de Oliveira, construída em 1956, exatamente no espaço que era ocupado pela praça. Não discutimos aqui a relevância da construção de uma escola; qualquer pessoa com um mínimo de bom senso vê isto como positivo. Mas será que não haveria outro local na cidade onde esta construção poderia ser feita? Em qual, ou quais parâmetros baseou-se o poder público para tomar esta decisão? Qual foi a opinião das pessoas daquela época? Difícil recuperar estas informações. Talvez a preocupação com áreas de lazer não fosse tão grande na época. Numa cidade pequena, do interior de Minas Gerais, o que não faltava ao seu redor eram áreas verdes, aliás, como acontece até hoje. Outra conjectura seria de que a construção de mais uma escola na cidade seria bem vinda para aumentar a oferta de vagas.

Hipóteses a parte, gostaríamos de chamar a atenção para intervenção do poder público modificando totalmente parte da paisagem urbana. Se foi do interesse público ou não, não é possível, agora, determinar o motivo da mudança. Se hoje existe o problema da apropriação do espaço público por interesses privados, a discussão acima remete a outro patamar: o da intervenção do Estado no direcionamento da (re)configuração do espaço urbano. “Alguns destes fenômenos se produzem como contragolpe de movimentos sociais mais vastos ou são decididos por uma autoridade municipal ou governamental, que, ao menos teoricamente, deveria ser portadora de exigências reais da coletividade cidadina” (ARGAN, 1995, p. 236).

A figura 13 mostra o que sobrou do antigo Largo do Rosário, rebatizado como Praça Getúlio Vargas, um pequeno espaço, quase somente a esquina. As figuras 14 e 15, por sua vez, mostram a lateral da Escola Municipal Lelena de Oliveira nos dias atuais e uma banca de jornal ocupando o já restrito espaço da praça. A figura 16 mostra a mesma banca e a mesma esquina retratada anteriormente. Esta banca mostra, mais uma vez, a utilização de um espaço público em uso privado, como no caso do entorno da Rodoviária, mostrado no primeiro conjunto de fotografias.

Ao verificar, no entanto, os jornais “Gazeta de Carangola” e “Folha da Mata” do período de janeiro de 1955 a dezembro de 1956 (no acervo do AHGC), encontramos poucas informações a respeito da construção desta Escola. Seria esperado que pudesse ter acontecido uma discussão que envolvesse a perda de uma praça e a construção de uma escola.

No jornal “Folha da Mata” edição nº. 206/7 de 15/12/1955 temos a notícia da inauguração da Escola Lelena de Oliveira e alguns detalhes sobre as pessoas presentes ao evento. Até o momento, porém, não encontramos outras referências relativas à construção da Escola utilizada como exemplo. Muitas vezes devemos inquirir nossas fontes sobre seus silêncios.

A série de reportagens de edições do mesmo jornal, de nº. 201 de 29/11/1955; nº. 202 de 10/11/1955 e a edição 206/7 já citadas discutiam a inexistência de uma estratégia de planejamento para a cidade, bem como propunham medidas para melhorar o aspecto urbano e corrigir certos

erros, que, segundo o autor da matéria, Jairo Hosken, poderiam melhorar a aspecto da cidade e a vida de seus habitantes. “Apesar de tudo, somos uma cidade em pleno século XX, com a mentalidade de Idade Média, uma cidade tipicamente evoluída, sem um Plano Diretor que norteie se aspecto futuro” (FOLHA DA MATA, 1955a, p. 1).

Na edição nº. 201 em Editorial escrito pelo mesmo autor, deparamos com propostas de desapropriação e demolição de prédios condenados, instituição de impostos e taxas cuja cobrança deveria reverter para a urbanização e proposta para melhorias das ruas principais do centro da cidade. Já na edição nº. 202 o foco é a crítica ao poder público municipal no que se refere á inexistência de um Código de Obras e de um Plano Diretor para orientar as construções na cidade. Hosken critica, ainda, a má conservação de algumas ruas e calçadas, bem como as péssimas condições de habitabilidade de alguns bairros mais novos. Sobre estes bairros ainda faz observações sobre o traçado irregular e intrincado de suas ruas.

Ao levarmos em consideração que havia uma discussão, pelo menos um jornal da cidade levantava o assunto, sobre suas condições urbanas, precariedade de algumas construções e propostas de mudanças nas condições de planejamento urbano, por que não é citada a construção da referida escola? Como já discutimos acima, a construção de uma escola é um fato relevante para a comunidade, bem como a perda de uma praça. Por que, então não vemos nenhuma menção a este fato? As pesquisas posteriores poderão (ou não) esclarecer esta lacuna.

Ainda a Fotografia

O diálogo entre a fotografia vista como documento e as demais fontes históricas disponíveis, pode nos ajudar a entender determinado fato histórico. O historiador deve fazer este cruzamento, sob pena de relegar importantes fontes ao esquecimento, pois:

O historiador que escolhe usar o documento fotográfico deve saber, também, que o olhar do fotógrafo pode ter sido motivado por intenções distintas das que norteiam a pesquisa do historiador [...] além do método de contextualização da imagem, o cruzamento do documento visual com os textuais e orais tornam-se um imperativo para responder as questões tipicamente históricas (BORGES, 2005, p. 85).

Nas duas figuras 17 e 18, abaixo, é possível fazer uma análise sob dois pontos: o primeiro seria a da representação das condições de trabalho e o segundo tomando como base o local, o lugar, em que as fotografias foram tiradas.



FIG. 17 – Interior de casa comercial
Fonte: AHGC

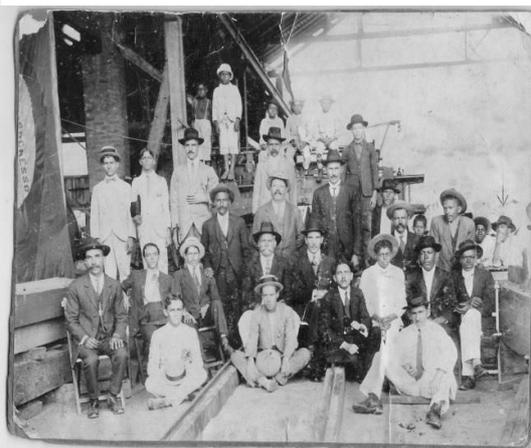


FIG. 18– Pessoas numa madeireira
Fonte: AHGC

Sobre as condições de trabalho vemos na figura 17, um estabelecimento comercial, onde um adulto e um adolescente encontram-se atrás do balcão de atendimento; pai e filho, talvez, coisa comum na época e nem tão comum hoje em dia. Já na figura 18, o local de trabalho é uma indústria ou serraria. O vestuário e a organização das pessoas sugerem uma data ou ocasião especial. “A partir do momento que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda, ponho-me a ‘posar’, fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem” (BARTHES, 1984, p. 22).

É possível observar que as pessoas se preparam para a foto. É como se, sabendo que aquele momento seria preservado, imortalizado, procuraram se mostrar da maneira com que queiram ser vistos e lembrados, ou ainda, a melhor maneira de se apresentarem.

Tratam-se de registros mecânicos de fragmentos do mundo visível caracterizados pela inexistência de fatos dinâmicos que poderiam eventualmente ser flagrados em sua espontaneidade. Os conteúdos dessas imagens mostram assuntos geralmente bem organizados em sua composição e aprioristicamente petrificados, antes mesmo do congelamento fotográfico (KOSSOY, 2001, p. 111).

Quanto ao lugar onde a foto foi tirada a discussão remete à singularidade, à especificidade dos locais retratados. As figuras 17 e 18 se por um lado indicam que as pessoas se preparam para o momento, por outro também indicam que não houve uma preparação prévia do lugar em que a fotografia foi feita. Talvez porque não houvesse a preocupação de alterar um local que era familiar a todos, que guardasse uma relação entre o trabalho e as pessoas que lá trabalhavam. Em suma, um local onde a sua particularidade era a marca, onde ser diferente era a identificação entre o homem e o trabalho. Lojas, serrarias, fábricas por certo têm aspectos comuns, mas, talvez, no princípio do século XX, data provável das fotografias, não havia a padronização dos locais de trabalho. Cada lugar era um lugar.

Um pouco diferente da tendência atual. A especificidade existente hoje não é fruto da diversidade, mas da homogeneização “onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas

também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal” (SANTOS, 1996, p. 34). É o que poderíamos chamar de não lugar (AUGÉ, 2011). Aeroportos, lojas de departamentos, *shopping-centers* e até pequenas lojas tendem a ser um espaço onde impera a impessoalidade. Podemos estar em lugares diferentes, mas parece que estamos no mesmo lugar. Obviamente não podemos dizer que todos os lugares estão se tornando impessoais, mas não podemos deixar de levar em consideração que existe esta tendência.

As imagens colocadas abaixo podem ajudar a demonstrar o exposto acima.



FIG. 19 – Loja de material de construção
Fonte: www.clicabrasilia.com.br



FIG. 20 – Grupo de trabalho
Fonte: www.fotografatis.com.br

A figura 20 que reúne várias pessoas não mostra o ar solene de um momento especial, mas a descontração de um ato rotineiro, o que pode mostrar como a fotografia tornou-se um fato corriqueiro. Já a figura 19 revela como determinado tipo de loja quase que segue um padrão de organização.

Barthes em sua obra *A Câmara Clara* (1984), analisa, interroga e trabalha com diversos tipos de fotografias procurando responder uma pergunta que propõe no início: “Por que traço essencial ela [a fotografia] se distingue da comunidade de imagens?” (BARTHES, 1984, p. 12). Ao descrever o olhar com o qual ele analisa uma fotografia menciona o *studium* e o *punctum* como as maneiras pelas quais elas chamam sua atenção. O *studium* seria a interesse geral pela fotografia, a apreciação inicial, a maneira de analisá-la ditada culturalmente e onde há a tentativa de entender a intenção do fotógrafo. Já o *punctum* é o que chama a atenção na foto, o que fere, o detalhe, a parcialidade, o que enxergamos na foto e não sabemos definir por que está ali.

Utilizando o *studium* e o *punctum* como propõe Barthes (1984) dirigimos o “olhar” para as 20 imagens apresentadas até agora neste trabalho. Algumas são fotografias antigas, outras, recentes; postais e imagens capturadas através de sítios da rede mundial de computadores: é este o conjunto de imagens. Mesmo sendo um grupo heterogêneo parece possuir em comum o fato de mostrarem pessoas e paisagens sem nos chamar a atenção. Exceto uma: a figura 18. O que estaria fazendo uma bola de futebol no colo de uma das pessoas retratadas na foto? Todos estão formalmente trajados, a

foto é feita num ambiente de trabalho, não há menção na imagem de nada que possa ser associado à prática do esporte. Mas a bola está lá.

Do ponto de vista histórico a presença (ou não) de uma bola de futebol numa fotografia não vai acrescentar muita coisa ao estudo da História Regional. Mas do ponto de vista da análise das informações contidas numa imagem podem nos chamar a atenção. É este detalhe, este *punctum*, que nos faz olhar a fotografia mais uma vez; de virá-la de lado ou de aumentarmos a aproximação na imagem digital. “A partir do momento em que há *punctum*, cria-se (adivinha-se) um campo cego [...] o *punctum* é, portanto, uma espécie de extracampo sutil, como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que ela dá a ver.” (BARTHES, 1984, p. 86-89).

Cada pessoa que olha pode ver algo diferente numa mesma imagem. Se para alguns a recuperação e disponibilização para consulta de “fotos antigas” não é mais que simples saudosismo; para outras pode ser a oportunidade de rever e relembrar certos momentos; para o historiador pode ser a oportunidade para obter novas fontes de pesquisa e para a sociedade pode ser uma forma de preservar e (re)constituir suas memórias.

A fotografia é violenta: não porque mostra a violência, mas porque a cada vez enche de força a vista e porque nela nada pode se recusar, nem se transformar [...] elas fazem refletir, sugerem um sentido – um outro sentido que não a letra. No fundo a fotografia é subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa (BARTHES, 1984, p. 63 e 136).

De qualquer forma cada fotografia, cada imagem pode ter um *studium* um *punctum* diferentes dependendo do local e da forma com que é olhada. Este talvez seja o mistério o motivo de curiosidade e satisfação que as imagens nos despertam ao manuseá-las.

Considerações finais

Os exemplos de ocupação do espaço público de Carangola (MG), recuperado através de fotografias que contam parte da história local, é um exemplo da utilização da fotografia como fonte histórica e, também, serve para mostrar como seu uso pode auxiliar na recuperação tanto da história como em discussões sobre a ocupação de espaços no meio urbano. Mostra, ainda, a diversidade de temas que podem ser estudados com a utilização de fotografias.

Tratamos do tema de forma geral, uma vez que a exiguidade do espaço para escrita não permite discussões pormenorizadas. O levantamento que é foirealizado no AHGC ainda mostra outras situações parecidas com as apresentadas. Isso pode demonstrar que a questão do bom ou mau uso do espaço não é uma discussão que pode ser feita focando apenas o espaço das grandes metrópoles: é um problema geral e recorrente em muitas cidades, grandes ou pequenas.

A partir do momento em que existe o registro fotográfico, temos mais uma ferramenta, no caso específico deste trabalho, que pode nos ajudar na discussão tanto da relação entre o global e o local, como de sua temporalidade e/ou de sua contribuição para analisar as questões que envolvem situações de conflito entre o público e o privado.

Procuramos ressaltar a importância da utilização de imagens, principalmente a fotografia, como meio e ferramenta de análise e discussão de situações e momentos históricos e não apenas como um acessório ilustrativo do texto. Procuramos levantar a discussão a partir das fotografias / imagens e não utiliza-las como complementos.

Dessa forma, o trabalho mostra a importância da transdisciplinaridade nos estudos históricos, no qual a utilização de recursos visuais pode auxiliar nas discussões historiográficas e, ainda, a relevância da pesquisa de fontes primárias na formação acadêmica do estudante e ou pesquisador, bem como na criação de *corpus* documental que poderá servir de base para outras pesquisas.

Referências

Jornais – Acervo do Arquivo Histórico e Geográfico de Carangola

JORNAL FOLHA DA MATA, Carangola, nº.197, p.1, 29 set. 1955a.

_____, Carangola, nº. 201, p. 1, 03 nov 1955b.

_____, Carangola, nº. 202, p. 1, 10 nov 1955c.

_____, Carangola, nº. 206/7, p. 1 e 3, 15 nov 1955d.

Fotografias e imagens – Acervo do Arquivo Histórico e Geográfico de Carangola

CARANGOLA ANTIGA, 1928, cartão-postal preto e branco, 14 cm x 11 cm.

O ANTIGO JARDIM DO LARGO DO ROSÁRIO, 1928, cartão-postal preto e branco, 14 cm x 11 cm.

LARGO ROSÁRIO: ESQUINA, [sem data], fotografia preto branco, 14 cm x 11 cm.

ESCOLA LELENA DE OLIVEIRA, [sem data], fotografia preto branco, 14 cm x 11 cm.

PRAÇA GOVERNADOR VALADRES: ESQUINA, [sem data], fotografia preto branco, 15 cm x 10 cm.

INTERIOR DE CASA COMERCIAL, [sem data], fotografia preto branco, 15 cm x 15 cm.

PESSOAS NUMA MADEIREIRA, [sem data], fotografia preto branco, 15 cm x 15 cm.

Fotografias e imagens – Diversos

AUTOR. Escola Municipal Lelena de Oliveira, 2009, fotografia colorida, 15 cm x 10 cm.

_____. Praça Governador Valadares e Escola Mun. Lelena de Oliveira, 2009, fotografia colorida, 15 cm x 10 cm.

_____. Praça Governador Valadares: esquina, 2009, fotografia colorida, 15 cm x 10 cm.

LOJA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO. 2009. 130 x 110 pixels. 4715 bytes. Formato JPEG. Disponível em <<http://t1.gstatic.com/images?q=tbn:cvuREv2zeA9nVM:http://www.clicabrasilia.com.br/fotos/20071125/25eco29f1F.jpg>>. Acesso em 02 out 2009.

GRUPO DE TRABALHO. 2009. 131 x 75 pixels. 3533 bytes. Formato JPEG. Disponível em <<http://t0.gstatic.com/images?q=tbn:K5Y8oFpnP19yDM:http://www.fotosgratis.fot.br/img/medico/foto-medico-Fotos-Gratis---Trabalhadores-11610259.jpg>>. Acesso em 02 out 2009.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. *Distúrbios Identitários em tempos de globalização*. Mana, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, out. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05 jul. 2006.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares: introdução a uma antropologia na supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 2011.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarione VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GOMES, Paulo César da C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: PP&A, 2003.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Documento Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

_____. História. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

MCLHUAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix,

2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Rev. Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAIFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, abr. 2001.

SILVA, Henrique M. Alguns apontamentos sobre o uso de fotografias em pesquisas históricas. *Revista de História Regional*, UEPG, Ponta Grossa, vol. 5, n. 2. Inverno 2000.

ⁱ Bacharel em Ciências da Logística (Curso de Oficial Intendente) pela Academia da Força Aérea (1984), Licenciado em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (FAFILE 2000), Especialista em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2002), Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006) e Especialista em Educação das Relações Étnico Raciais Afro-brasileiras pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012). Professor e Coordenador do curso de História da Universidade do Estado de Minas (UEMG) - Unidade de Carangola. Professor do Colégio Equipe - Carangola. Participa do grupo de pesquisa Educação, História e Movimentos Sociais (UEMG) e do Laboratório de Estudos de História Política e das Ideias - LEHPI (UFES).

ⁱⁱ Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2005). Doutoranda em educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Pedagoga das Escolas Municipais do Campo de Carangola. Professora e Coordenadora do curso de Pedagogia da UEMG - Unidade Carangola. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: cotidiano escolar, pesquisa em educação, classes multisseriadas, educação de jovens e adultos e formação de professores .